

PLÁGIO: CONSIDERAÇÕES ÉTICAS NO CONTEXTO DE AVALIAÇÃO DE ESCRITA

Marcela Franco FOSSEY⁴³

Resumo: Neste trabalho, analiso uma discussão, que se desenvolve no âmbito dos estudos em avaliação de escrita, sobre o uso cada vez mais disseminado de softwares de detecção de plágio em escolas e universidades (Canzonetta & Kannan, 2016) mobilizando, para tanto, a noção de *discurso virtuoso* proposto por Paveau (2015).

Palavras-chave: Avaliação de Escrita. Plágio. Discurso Virtuoso.

Abstract: *This article examines a discussion, developed within the scope of writing assessment studies, about the widespread adoption of plagiarism detection systems by educational institutions (Canzonetta & Kannan, 2016). In order to do so, Paveau's (2015) theoretical proposal of virtuous discourse is mobilized.*

Keywords: *Writing Assessment. Plagiarism. Virtuous Discourse.*

Introdução

O plágio é, pelo menos desde a modernidade, considerado prática danosa. Refere-se ao ato de apresentar como de própria autoria trabalho de outrem, configurando, nas sociedades contemporâneas, um grave desvio moral e, frequentemente, um crime passível de penalidade.

Em ambiente acadêmico, tem se mostrado um problema complexo. A identificação de plágio entre pesquisadores de renome é sempre acompanhada de grande comoção e ampla divulgação midiática – além de penalizações como perda de títulos e, eventualmente, a expulsão do pesquisador por parte da instituição. Mas é o

⁴³ Pós-doutoranda em Linguística Aplicada no Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP; Pesquisadora Associada da Fundação para o Vestibular da UNESP – VUNESP. Bolsista PNPd/Capes. Campinas, SP, Brasil. E-mail: marcela.ff@gmail.com

plágio entre alunos do Ensino Superior que tem sido foco de especial interesse por parte de pesquisadores e, principalmente, por parte das próprias instituições de ensino. É dado como fato o aumento dos casos de cópia indevida em trabalhos de alunos, o que seria um “efeito colateral” do acesso facilitado a informações que a Web proporciona. Diante deste cenário, muitas instituições de ensino superior têm buscado abordar o problema de forma preventiva, a partir da divulgação de materiais que explicitam o que é o plágio, como evitá-lo e, principalmente, como os alunos serão penalizados caso sejam *descobertos em seu delito*. O trabalho de Krokosz (2011) oferece um panorama bastante detalhado de como a questão é tratada em diversas universidades no mundo. Os resultados de sua pesquisa, que analisou os sites oficiais das três melhores universidades de todos os continentes e do Brasil, indicam que a maior parte dessas instituições tem materiais divulgados em seus sites em que são explicitados como cada uma delas lida com o plágio de seus alunos, o que, em geral, significa tornar públicas as penalidades a que os infratores estarão sujeitos – que vão desde a reprovação na disciplina em que o trabalho plagiado foi submetido para avaliação até a expulsão da universidade. Além disso, boa parte delas usa, sistematicamente, softwares antiplágio.

A caracterização do plágio como *chaga social* permeia o discurso preventivo em contexto acadêmico, o que faz do plagiário um indivíduo *desonesto, desprovido de ética*, especialmente porque, diante do tratamento explícito e sistemático a respeito das não virtudes associada à apropriação de trabalho alheio, não seria possível alegar desconhecimento. Em outras palavras, no contexto acadêmico de grande parte das universidades, especialmente das mais renomadas, não se poderia mais alegar influência involuntária ou, mais genericamente, desconhecimento das regras na produção do saber.

Assim, a elaboração de tais documentos visa, segundo as próprias instituições, promover a *honestidade* acadêmica, a *boa conduta* científica, o *comprometimento ético* dos alunos, a cultura de *integridade* acadêmica – noções que evidenciam o valor moral que reveste a questão.

Essa breve contextualização de como o plágio está associado ao ambiente acadêmico introduz a reflexão que irei desenvolver neste artigo, que, porém, não será sobre a prática do plágio exatamente. Na realidade, essa contextualização teve como

objetivo descrever o contexto em que se observa a ampliação do uso de detectores automáticos de plágio em ambientes de ensino. Se, à primeira vista, a possibilidade de contar com softwares antiplágio parece oferecer uma solução eficiente – eventualmente, definitiva – para um problema que estaria comprometendo a integridade da ciência, veremos que a questão é um pouco mais complexa. Neste trabalho, portanto, busco demonstrar como a recepção a essa tecnologia não é, necessariamente, positiva, especialmente entre alguns pesquisadores e professores que lidam diretamente com o ensino de escrita. E isso se dá exatamente pela associação das empresas desenvolvedoras de tal tecnologia a um *discurso não virtuoso*, nos termos de Paveau (2015).

O corpus e as lentes para análise

O *corpus* definido para a análise aqui proposta é o artigo *Globalizing plagiarism & writing assessment: a case study of Turnitin* (CANZONETTA; KANNAN, 2016), publicado no periódico especializado em avaliação de escrita *The journal of writing assessment*. As autoras propõem uma análise da retórica da empresa desenvolvedora do Turnitin, um dos principais softwares antiplágio do mercado. Trata-se de um buscador com um banco de dados próprio de texto acadêmicos, composto por textos oriundos da internet e também por textos inseridos na plataforma por outros usuários do sistema, e que indica as similaridades encontradas nos textos submetidos à análise. A ferramenta pode ser usada tanto no Ensino Superior quanto no Básico e está presente, segundo seu site oficial, em mais de 130 países do mundo, o que significa 26 milhões de estudantes e educadores utilizando a ferramenta e 500 milhões de trabalhos submetidos na plataforma⁴⁴; no Brasil, vem sendo utilizado por universidades como PUC-RS, ITA, UNESP, USP e UNICAMP, que disponibilizam o software a seus docentes. Além de ferramentas de detecção de plágio, o Turnitin oferece, também, ferramentas que auxiliam professores na avaliação dos textos.

Em linhas gerais, a crítica apresentada no artigo aponta para como o sucesso dessa ferramenta não acontece de forma independente à difusão de um discurso

⁴⁴ Informações disponíveis em: <http://turnitin.com/pt_br/quem-somos>. Acesso em: 3 ago. 2017.

homogeneizante e globalizante a respeito do plágio e, mais amplamente, das práticas de ensino e avaliação de escrita. As autoras analisam duas edições (2013 e 2015) dos Anais da Conferência *Plagiarism Across Europe and Beyond*, um evento acadêmico bianual que é parcialmente financiado pelo Turnitin (e também por outras empresas desenvolvedoras de softwares de detecção automática de plágio). Embora sejam cautelosas ao relacionar o financiamento da empresa ao total alinhamento com o que os trabalhos apresentados no evento defendem, é possível observar, segundo elas demonstram nas análises, que grande parte dos trabalhos promovem o uso de detectores automáticos de plágio em ambientes de ensino. Haveria, neste sentido – o que seria motivo de alerta (por indicar um *desajuste ético*) – uma ligação entre o desenvolvimento de tais softwares e a produção de conhecimento sobre plágio (especialmente o acadêmico) e sobre avaliação de escrita.

Assim, a crítica ao Turnitin feita por Canzonetta & Kannan (2016) pode ser analisada à luz da proposta de *virtude discursiva e decência discursiva* de Paveau (2015). Isto é, a crítica à automatização da avaliação da escrita, que o uso de softwares antiplágio implica, constrói-se sobre a identificação da retórica do Turnitin, posto a circular nos Anais acima referidos e no site institucional da empresa, como um discurso não virtuoso na medida em que promove um modelo binário de organização do mundo que estigmatiza estudantes e instituições não ocidentais. Trata-se, enfim, de mobilizar o aparato teórico oferecido por Paveau para analisar como a crítica ao software tem pouco ou nada a ver com o uso da tecnologia em si, mas sim com um desajuste moral identificado no discurso do Turnitin. Ou melhor, a crítica ao uso da tecnologia se dá essencialmente pelo discurso ao qual a empresa adere, que promoveria, como se verá, a humilhação de determinadas populações (as não-ocidentais). Neste sentido, esse discurso caracteriza-se como não virtuoso, desajustado aos valores de respeito às diferenças e que, neste movimento, revela desprezo a certas parcelas da sociedade, isto é, uma ausência de *decência discursiva*.

Compreender o que faz de um discurso um evento virtuoso é o objetivo de Marie-Anne Paveau, em sua obra *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas* (2015). Ancorando sua proposta teórica numa produtiva intersecção entre a filosofia (mais especificamente, a filosofia das virtudes, de tradição aristotélica, o que implica pensar

em termos de *valores*) e a cognição social, Paveau apresenta uma visão discursiva do funcionamento moral da linguagem que situa o componente ético num *continuum* entre linguagem, ambiente e agente. Esse *continuum* em que se dá a produção dos sentidos – que se torna objeto de reflexão teórica quando se adota uma postura externalista – é caracterizado em termos de uma *linguística simétrica*. Isto é, na medida em que o componente ético da linguagem não é apreensível em termos de marcas linguísticas, internas ao sistema [“é bem notório que a língua e os discursos não oferecem marcadores éticos dos enunciados, ou seja, meios que a língua ou o discurso teriam de indicar que tal enunciado é eticamente correto, ou incorreto, moral ou imoral” (p. 53)], faz-se necessário, se se quer formular a questão ética para a linguística, considerar os ambientes externos como constitutivos das atividades cognitivas. Paveau irá afirmar, assim, que o ambiente, em sua proposta, não é apenas “pano de fundo para os intercâmbios verbais (que é a concepção comum do ‘contexto’ ou da ‘situação’ em linguística), mas constituem esses intercâmbios tanto quanto são constituídos por eles. [...]” (PAVEAU, 2015, p. 51). Nesses termos, todos os elementos presentes no ambiente externo aos sujeitos constituem as produções discursivas.

A autora refere-se, assim, a ambiente (e não a contexto que, segundo ela, tem papel acessório para a produção dos sentidos nas propostas teóricas da linguística) e a agentes-falantes, que no âmbito de uma concepção simétrica, caracteriza-se como um contínuo entre agentes humanos, produtores diretos da fala e o conjunto dos elementos do ambiente. Neste contexto, sua proposta é a de que a dimensão ética reside entre os enunciados (material linguístico *stricto sensu*) e os comportamentos do mundo real, nesse *continuum* entre língua e mundo – o que somente uma linguística simétrica pode tratar.

Ela busca, com isso, integrar a dimensão ética no objeto das ciências da linguagem, levando para o âmbito da filosofia moral a linguagem na materialidade de suas expressões – na medida em que, segunda a autora, “a filosofia moral, quando aborda a linguagem, fica no nível das proposições, do raciocínio e da descrição exterior dos comportamentos languageiros” (PAVEAU, 2015, p. 82) – e para o âmbito da linguística, o componente moral, uma vez que, “a linguística, quando trata da moral, fica aquém da filosofia e se detém em considerações enunciativas” (PAVEAU, 2015, p. 82)

Deste modo, define seu objeto não como “o discurso moral”, mas sim como “a moral do discurso”: “o que me interessa não é o funcionamento linguístico dos enunciados morais, mas o valor moral dos enunciados em contexto, quaisquer que sejam, tenham eles um conteúdo ou alcance moral, ou não os tenham” (PAVEAU, 2015, p. 66).

O conceito de *virtude discursiva* – e seus correlatos *discurso* e *agente virtuosos* – são então definidos. Resumidamente, *discurso virtuoso* é o discurso ajustado aos valores vigentes em uma dada sociedade, ajuste parametrizado em relação a três elementos: (i) os agentes e suas relações; (ii) o mundo (a realidade e suas representações e (iii) o conjunto de produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades. No contexto de uma linguística simétrica, Paveau afirma que “esses elementos formam um sistema ao mesmo tempo discursivo, cognitivo e ético, no qual estão profundamente imbricados” (PAVEAU, 2015, p. 214).

Por sua vez, *virtude discursiva* é a disposição dos agentes-falantes em produzir enunciados ajustados segundo os parâmetros agente/mundo/memória. Ou seja, somente agentes-falantes dotados de virtude discursiva podem produzir discursos virtuosos, considerando, porém, que de uma perspectiva simétrica, é o conjunto do ambiente – que inclui os agentes e todos os elementos que lhes são externos que contribuem para a produção dos sentidos – que é dotado *disposição para a virtude discursiva* (PAVEAU, 2015, p. 216). Por fim, o *agente virtuoso* é aquele cuja “conduta discursiva se baseia em boas disposições e capacidades, de tal modo que produz enunciados ajustados aos agentes, ao mundo e à trama discursiva” (PAVEAU, 2015, p. 220).

Porém, a definição desses conceitos, ainda que centrais na proposta de Paveau, não garantem sua operacionalidade. A própria autora indaga: como é possível avaliar a dimensão moral das produções discursivas? Considerando-se que não há marcas linguísticas que carregam, intrinsecamente, determinado valor moral, como identificar a virtude discursiva nos discursos? Para ela, “isso só é possibilitado pela consideração dos conjuntos dos elementos do ambiente a partir de um acontecimento metadiscursivo moral” (PAVEAU, 2015, p. 325). Ou seja, o que há, de fato, são efeitos dos discursos que podem se materializar em determinados elementos da língua. O que faz desses elementos pontos de condensação moral são as avaliações morais metadiscursivas,

detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados. Deste modo, um discurso será avaliado como não virtuoso em decorrência das produções metadiscursivas que provoca (protestos, indignações) que, por sua vez, sempre ocorrem como resultado de um desajuste em relação à memória discursiva, às realidades do mundo e aos valores morais de uma dada sociedade e a seus agentes: “portanto, encontrar-se-ão marcas de eticidade nos metadiscursos dos agentes que, durante acontecimentos discursivos morais, formulam os *efeitos* produzidos pelos enunciados comentados, no âmago de dispositivos em que reinem certos valores, ensejando uma forma situada de virtude discursiva” (PAVEAU, 2015, p. 224).

Por fim, o último conceito que será mobilizado nas análises é o de decência discursiva. Diz respeito à disposição dos agentes em produzir discursos “que não humilhem os agentes do ambiente e garantam também aos grupos potencialmente dominados e humilháveis uma espécie de aumento de proteção discursiva, de tal maneira que se conserve a ideia de ‘sociedade decente’ (A. Margalit)” (PAVEAU, 2015, p. 227). Referência para a construção da noção de decência discursiva, a proposta de Margalit de sociedade decente é aquela em que “as instituições não humilham as pessoas”. Decência discursiva, será, assim, garantida por um ambiente cujos valores não permitam a humilhação dos agentes.

Na próxima seção, apresento a crítica realizada por Canzonetta & Kannan (2016) ao Turnitin, buscando mostrar como essa crítica é justificada pelo desajuste moral identificado na retórica da empresa.

Plágio: uma questão pedagógica ou uma chaga social?

A crítica apresentada pelas autoras do artigo que constitui o corpus desse trabalho é realizada num contexto bastante específico de estudos dedicados à avaliação educacional, que é aquele que defende que as práticas educacionais devem ser norteadoras das práticas avaliativas – e não o contrário, como tem sido frequentemente apontado por especialistas: a prática constante, altamente disseminada, de avaliações realizadas em contexto escolar acabaria por moldar práticas de ensino em função dos testes. Desta perspectiva, aspectos contextuais se mostram como imprescindíveis de

serem considerados se se quer realizar uma avaliação válida, justa e ética. No que diz respeito especificamente à avaliação de escrita, à crítica ao Turnitin encontra eco na crítica aos procedimentos tradicionais de avaliação de escrita, fortemente embasados em técnicas psicométricas e estatísticas, e que desconsideram todos os aspectos que ancoram um teste educacional em um contexto específico. Essa crítica, amplamente divulgada por pesquisadores como Huot (2002) e Slomp (2016), volta-se exatamente para crença que subjaz a maior parte dos testes educacionais de escrita e os procedimentos de avaliação empregados: a de que a habilidade escritora é uma realidade passível de ser isolada e objetivamente medida. Assim, procedimentos cada vez mais padronizados de avaliação desconsiderariam que a escrita é uma prática socialmente situada, assim como (deveria ser) a avaliação e as práticas de ensino/aprendizagem.

Neste contexto, a disseminação global de programas corporativos de avaliação de escrita, como o Turnitin, é criticada por aqueles que se alinham ao discurso que defende práticas contextualizadas de ensino e avaliação de escrita. Isso se dá porque, conforme argumentam Canzonetta & Kannan (2016), tais programas fazem vigorar um discurso pautado em expectativas culturais hegemônicas sobre escrita e autoria. E, na medida em que se observa uma expansão global que ocorre rapidamente, liderada pelo Turnitin, a questão que surge é como tais programas corporativos estão influenciando uma grande quantidade de alunos em todo o mundo.

Para além dos danos pedagógicos que a adoção de práticas de avaliação padronizadas e, portanto, descontextualizadas implica, a principal crítica das autoras (que, por sua vez, mobilizam uma série de estudos que corroboram seu posicionamento) é para como o plágio entre estudantes vem sendo discursivamente construído. É, portanto, no desajuste moral que caracteriza esse discurso que reside a crítica ao Turnitin.

A partir da análise dos trabalhos publicados nos Anais da Conferência *Plagiarism Across Europe and Beyond* (2013 e 2015), Canzonetta & Kannan (2016) indicam que a construção discursiva do plágio acadêmico pode ser resumida nas seguintes premissas:

- as tecnologias de detecção automatizada de plágio apresentam-se como solução para a ética cada vez mais deteriorada dos alunos;

- tal deterioração ética organiza-se geograficamente de forma binária entre sociedades e populações confiáveis – as ocidentais (compostas prioritariamente por países de fala inglesa) – e não confiáveis – as não-ocidentais;
- conseqüentemente, algumas populações mostram-se mais propensas à prática do plágio: no ocidente, observa-se a aplicação de medidas punitivas aos plagiários enquanto em países não ocidentais, observa-se altos níveis de tolerância e um conhecimento rudimentar sobre as práticas de plágio;
- cabe aos professores, com auxílio de ferramentas de detecção automática de plágio, constituir a comunidade que deve preservar os padrões morais da sociedade.

De fato, como indicado já no início deste trabalho, o combate ao plágio em ambiente acadêmico vem associado à ideia de promoção da cultura de *integridade* acadêmica, que, consideradas as premissas acima, estaria a cargo dos professores, uma vez que ela se encontra ameaçada pela deterioração ética dos estudantes, especialmente dos não-ocidentais. Essas premissas se fazem ouvir, por exemplo, quando o Turnitin, na página oficial brasileira, apresenta-se como *seu aliado em educação com integridade*; ou, no mesmo site, na página dedicada a descrever a ferramenta voltada para o Ensino Superior, conclama o usuário-professor a *proteger a reputação de sua instituição*.

Mas, indo além das fronteiras acadêmicas, observa-se, em alguns artigos publicados nos anais, uma correlação entre plágio, justiça social e sucesso econômico, tornando o plágio um assunto de interesse geral, e não apenas acadêmico/pedagógico.

As autoras relacionam, então, esses dizeres, que surgem de formas variadas ao longo dos Anais, a três estratégias retóricas que promovem o uso de softwares antiplágio: (i) a detecção do plágio representa um aprimoramento social e possibilita a definição de um modelo ocidentalizado de aluno ideal; (ii) o plágio é uma preocupação nacional na medida em que reflete questões associadas à cidadania, à economia e ao caráter e (iii) a abordagem do plágio deve estar alinhada com abordagem das instituições ocidentais.

Porém, a questão moral se mostra, como prevê Paveau, no *acontecimento metadiscursivo moral*. A perspectiva discursiva que emerge dos anais da conferência que, de forma mais ou menos direta, dão notícias do discurso do próprio Turnitin, não é, por si só, um discurso desprovido de virtude. Por exemplo, a ideia de que certas nações plagam mais – o que teria relação causal direta com o (in)sucesso econômico dessas regiões e com um traço (i)moral inerente a essas populações – não é um discurso não virtuoso em si. Serão as avaliações morais metadiscursivas, detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados, que irão avaliar a moralidade desse discurso. No caso em análise, tais avaliações são os apontamentos feitos pelas autoras (que tomam por base, também, as críticas de diversos estudiosos às voltas com as questões de avaliação e ensino) sobre as consequências de se abordar o plágio entre alunos dessa forma. A principal crítica é a demonização de estudantes não ocidentais que, quando se encontram em contexto ocidentalizado, podem se tornar vítimas de preconceito e humilhação – pelo simples fato de serem estrangeiros (não ocidentais ou não falantes do inglês como língua materna). Além disso, professores, definidos como participantes da comunidade Turnitin, são posicionados antagonicamente contra alunos, criando uma relação de inimizade e um clima de vigilância punitiva, o que pouco tem a ver (ou deveria ter) com práticas de ensino. Outra crítica é que a abordagem do plágio tal como feita nesse contexto de avaliação automatizada acaba por mascarar questões pedagógicas e econômicas mais complexas ao oferecer uma solução corporativa para problemas de ensino. Isso é percebido, por exemplo, quando a ferramenta enfatiza como o professor, evidentemente sobrecarregado de trabalho, pode reduzir o tempo dedicado à avaliação dos trabalhos escritos de seus alunos (“Reduza o tempo dedicado à avaliação de projetos em 37%”, como informa o site brasileiro). Assim, ao invés de se contratar mais professores, emprega-se ferramentas que *otimizam* o trabalho dos profissionais já contratados. Por fim, critica-se o fato de, em seu movimento globalizante e ocidentalizante, o Turnitin assumir que originalidade e singularidade são globalmente aceitos como o traço central de autoria – o que, em definitivo, não se confirma.

Deste modo, como exposto anteriormente, as marcas de eticidade surgem nos metadiscursos dos agentes que, ao formular os efeitos decorrentes de enunciados desajustados, permitem identificar discursos desprovidos de decência discursiva, o que

ocorre sistematicamente com o discurso do Turnitin, especialmente na sua abordagem do plágio. Nas palavras de Paveau (2015, p. 312),

isso quer dizer que a decência discursiva, que define o ajuste entre os agentes, é regulada pela coletividade, pois depende das normas discursivas do conjunto do ambiente, e não simplesmente das concepções individuais dos agentes do intercâmbio verbal. A noção de decência é especialmente coerente com a abordagem simétrica do discurso, porque articulada com um sentimento situado exatamente na intersecção entre o individual e o coletivo (humilhação) e depende das normas perceptivas em circulação no ambiente.

Comentários finais

O plágio, segundo Paveau (2015, p. 347), “é um dos grandes temas dos metadiscursos morais”. Embora bastante complexo – especialmente porque delimitar, no campo das ideias e das práticas de escrita, a fronteira entre o próprio e o alheio não é simples, nem óbvio (surgem questões como quais os limites entre o plágio e a intertextualidade, o pastiche, a paródia, ou a simples inspiração?)⁴⁵ – o discurso leigo é impiedoso com os plagiários. Em ambiente acadêmico, o combate ao plágio entre alunos tem sido tratado como uma questão de comprometimento moral com a honestidade e integridade acadêmicas. Neste contexto, como pode associar-se a um discurso não virtuoso uma ferramenta que busca, ela mesma, eliminar ou ao menos controlar uma prática que transgride os valores morais do ambiente, que os metadiscursos sobre o plágio evidenciam?

Como se viu, o combate ao plágio levado a cabo pelo Turnitin mostra-se desajustado aos valores vigentes na medida em que constrói e faz circular um discurso atravessado por preconceitos relativos a certas populações. Assim, dividir o mundo em

⁴⁵ Certamente, uma das mais relevantes obras dedicadas ao tema é a de Schneider (1990), que apresenta uma robusta reflexão sobre a gênese (histórica, social, cultural, psicanalítica) do plágio. As complexidades associadas à descrição do plágio ficam mais evidentes quando Schneider apresenta uma revisão histórica dessa noção, elucidando que a compreensão da desonestidade implicada no ato de plagiar é um fenômeno moderno. As noções de autoria e originalidade não foram as mesmas em diferentes épocas e anteriormente à modernidade, a reelaboração, a síntese, a compilação era trabalho legítimo, sem a conotação moral que hoje se observa (“os clássicos tinham um empréstimo fácil e alegre” (p. 55)). Será apenas na modernidade que um discurso sobre o plágio irá aparecer e que o conceito passará “a ser nomeado, analisado teoricamente e tornado objeto de reflexão e, ao mesmo tempo, uma prática condenável” (p. 55).

ocidentais e não-ocidentais, e associar aos não ocidentais as práticas abusivas de apropriação das palavras do outro, revela a postura não virtuosa dos agentes desse discurso.

A análise aqui proposta busca testar, ainda que de forma bastante simples, possivelmente até rudimentar, a aplicabilidade analítica de uma proposta teórica que traz para o escopo da análise linguística e discursiva o componente moral. E, de forma indireta, o que aqui se apresentou propõe uma reflexão sobre as consequências da disseminação, em escala global, de ferramentas que automatizam a avaliação de textos e a detecção do plágio.

Referências

CANZONETTA, J.; KANNAN, V. Globalizing plagiarism & writing assessment: a case study of Turnitin. **The Journal of Writing Assessment**, v. 9, I. 2, 2016.

HUOT, B. **(Re)articulating writing assessment for teaching and learning**. Logan, UT: Utah State University Press, 2002.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 745-768, 2011.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SCHNEIDER, M. **Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento**. Tradução de Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SLOMP, D. Ethical Considerations and Writing Assessment. **The Journal of Writing Assessment**, v. 9, I. 1, 2016.